Folha 1/6

CCONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

CONTRATO Nº 022/2023

CONTRATO DE PATROCÍNIO EM PARCERIA

ENTRE O CONSELHO FEDERAL DE

ODONTOLOGIA E A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE

ODONTOLOGIA SECÇÃO DO PARANÁ.

CONTRATANTE: CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA, inscrito no CNJP/MF sob o

nº 61.919.643/0001-28, com sede no Setor de Habitações Individuais Norte − Lago

Norte – Quadra CA-07 – Lote 02, Brasília – DF, CEP: 71.503-507, representado pelo seu

Presidente, o Senhor Juliano do Vale, brasileiro, casado, cirurgião-dentista, CRO - TO

539, inscrito no CPF/MF sob o nº 451.715.301-06.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA SECÇÃO DO PARANÁ,

inscrito no CNJP/MF sob o nº 76.677.145/0001-93, com sede na Rua Dias da Rocha

Filho n° 625, Alto da XV – Curitiba PR, CEP 80045-275, representado pelo seu

Presidente, o Senhor Dalton Luiz Bittencourt, brasileiro, casado, cirurgião-dentista,

portador da cédula de identidade n° 734633-6, inscrito no CPF/MF sob o nº

34087.120.939-04.

As CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato,

instruído no Processo de COMPRA nº 1988/2023, com base no Artigo 25, caput, da Lei

8.666/93, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

Folha 2/6

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Realização de patrocínio no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), destinado

à Associação Brasileira de Odontologia - Seção Paraná. O presente apoio se refere à

realização do evento participação deste Conselho Federal de Odontologia - CFO na

15º Edição do Congresso Internacional de Odontologia do Paraná, de 04 a 06 de

outubro de 2023. O referido evento será destinado à promoção de conhecimento

científico através de cursos e eventos a fim de colaborar para o fortalecimento da

ética, profissionalismo e valorização da Odontologia.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

1. As especificações dos serviços estão descritas no formulário de solicitação de

compras e serviços e nos demais documentos constantes do processo de compra nº

1988/2023.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. São obrigações da CONTRATANTE:

1.1. Proporcionar à CONTRATADA todas as facilidades para o perfeito fornecimento do

objeto licitado;

1.2. Fornecer as informações necessárias e os atos normativos, que no seu âmbito,

regem as relações trabalhistas;

1.3. Permitir o acesso da contratada ao local determinado para a prestação dos

serviços objeto deste contrato, devendo tomar as providências administrativas que

garantem o livre desempenho de suas atividades;

1.4. Fiscalizar e acompanhar toda a execução dos serviços, por meio de um funcionário

especialmente designado para isso, anotando em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas ao mesmo, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993;

1.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço entregue em desacordo com as

especificações;

Folha 3/6

CCONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

1.6. Atestar a nota fiscal/fatura correspondente, após realizar rigorosa conferência das

características dos serviços;

1.7. Providenciar o pagamento no preço e nas condições pactuadas, sobre os

quantitativos efetivamente executados, tomando por base os valores unitários cotados

na proposta da CONTRATADA;

1.8. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no

curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

1.9. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais,

quando cabíveis;

1.10. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura

fornecida pela CONTRATADA, em conformidade com o item 6, do Anexo XI da IN

SLTI/MP nº 5, de 2017;

1.11. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA, em

conformidade com o Contrato, no prazo estabelecido, mediante as notas

fiscais/faturas, devidamente atestadas;

1.12. Conferir toda documentação gerada e apresentada durante a execução do

Contrato, efetuando o seu ateste quando estiverem em conformidade com os padrões

de informação e qualidade exigidos no Contrato;

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

1.1. Designar um Representante Legal da empresa, com poderes para a resolução de

possíveis ocorrências e quaisquer eventuais problemas que possam surgir durante a

vigência do Contrato, informando também endereços, telefones, fax, e-mail e outros

meios de comunicação para contato com o mesmo.

1.2. Assumir inteiramente a responsabilidade por e arcar total e exclusivamente com

todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, entre

outros, resultantes da execução do Contrato, conforme exigência legal, bem como

arcar com todos os custos oriundos de eventuais reclamações trabalhistas.





- 1.3. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços prestados/produtos entregues, nos termos da legislação vigente. A ação ou omissão, total ou parcial, por parte da FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE, não eximirá a CONTRATADA da total e irrestrita responsabilidade pela má execução de quaisquer serviços.
- 1.4. Manter, durante toda a vigência e execução do Contrato, todas as condições de Regularidade Fiscal e Trabalhista.
- 1.5. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos que forem por ela solicitados, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente e também as solicitações diversas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da comunicação do Fiscal.
- 1.6. Responder por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do Contrato.
- 1.7. Aceitar, nas mesmas condições do ajuste, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato.
- 1.8. Assumir todas as condições apresentadas na proposta datada de 02 de junho de 2021.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO E FORMA DE PAGAMENTO

- 1. Para o patrocínio o valor total é R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).
- 2. O pagamento será realizado em até 30 dias antes da realização do evento, mediante crédito em conta da entidade patrocinada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

1. A CONTRATANTE fiscalizará a execução deste contrato, de modo a comprovar as contrapartidas pela realização do patrocínio.

Folha 5/6





CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. As sanções administrativas estão contempladas na Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA NONA- DAS ALTERAÇÕES

1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

- 1. O não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste Contrato e das prescrições legais pertinentes aos contratos administrativos confere à CONTRATANTE o direito de rescindi-lo, conforme previsto na Seção V do Capítulo III da Lei nº 8.666/1993;
- 2. Caberá a rescisão do Contrato na ocorrência de quaisquer motivos relacionados no art. 78 da Lei nº 8.666/1993;
- **3.** A rescisão do contrato poderá ser:
 - 3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993;
 - 3.2. Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração; ou
 - 3.3. Judicial, nos termos da legislação.
- **4.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- **5.** A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS





Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições 1. contidas na Lei nº 8.666/1993 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundos as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, em uma das varas federais da Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

Brasília – DF,	de	de	

CONTRATANTE

JULIANO DO

Assinado de forma digital por JULIANO DO VALE:45171530106 VALE:45171530106 Dados: 2023.08.28 13:24:05 -03'00'

Juliano do Vale – CD PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL **DE ODONTOLOGIA**

Documento assinado digitalmente DALTON LUIZ BITTENCOURT Data: 17/08/2023 10:30:01-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dalton Luiz Bittencourt PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA SECÇÃO DO PARANÁ

Documento assinado digitalmente SILMARA WOYSIK DA SILVA Data: 17/08/2023 15:33:49-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br	
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:
Identidade:	Identidade:

SHIN CA 7 Lote 2 - Lago Norte 71.503-507-Brasília - DF Tel: (61) 3033-4499

E-mail: cfo@cfo.org.br / Site: www.cfo.org.br

